

Governo ganha apoio para elevar CPMF

Equipe econômica pode aceitar mudanças defendidas por governadores e prefeitos do Nordeste na medida provisória da Cofins

Denise Rothenburg
e Liana Verdini,
Da equipe do Correio

O governo conseguiu uma vitória importante para a aprovação do pacote de ajuste fiscal ontem. Um acordo acertado entre os líderes do governo no Congresso e o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá reduzir as resistências contra a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Em compensação, o governo terá de contornar a disposição dos parlamentares de alterar o texto da medida provisória que aumentou a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a proposta de Orçamento da União para o próximo ano. A MP da Cofins já tem até uma nova redação, feita pelo relator, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que cedeu às pressões de governadores e prefeitos do Nordeste. O novo texto protege a receita dos estados e municípios da tesourada do governo federal: as empresas só poderão descontar o que for pago a mais de Cofins — a alíquota sobe de 2% para 3% — no que tiver a pagar de Contribuição sobre o Lucro Líquido. As duas receitas são exclusivas da União. Antes, a compensação deveria ser feita no Imposto de Renda, dinheiro repartido com estados e municípios.

A pressão política para a mudança foi grande. Logo depois da divulgação do pacote fiscal, no dia 28 de outubro, o Congresso foi alvo de uma verdadeira romaria de governadores e prefeitos inconformados com a fórmula encontrada pela equipe econômica para aumentar a arrecadação. Depois de ouvir as queixas de quem acabou de ser eleito ou reeleito, foi a vez de conversar com os formuladores do pacote. Na segunda-feira, o secretário da Receita Federal,

Everardo Maciel, passou a tarde com o senador Lobão discutindo a compensação da Cofins. Ontem, o relator anunciou sua decisão. Estados e municípios não perderão receita, mas a área social, financiada pela Contribuição sobre o Lucro, sim.

Se a proposta do relator para a medida provisória da Cofins for aprovada pelos parlamentares, estará aberta a brecha para mudanças na proposta orçamentária do governo. É tudo o que os integrantes da Comissão Mista do Orçamento querem. Ontem, o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, falou por mais de três horas na Comissão e não conseguiu diminuir a disposição dos políticos de alterar a proposta original. As críticas foram duras e, por várias vezes, o ministro acabou sem esclarecer as dúvidas levantadas pelos parlamentares.

DEBATE

Os deputados e senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento do Congresso não acreditaram na promessa feita ontem pelo ministro Paulo Paiva, ao explicar os cortes no plenário da Comissão. Paiva prometeu que o orçamento que sair do Congresso será executado.

"Se houvesse essa intenção, por que o governo iria colocar na lei que tem liberdade para remanejar 30% do Orçamento?", indagava o deputado Sergio Miranda (PCdoB-MG), referindo-se ao projeto. A observação dele é apoiada pela base governista na Comissão: "Do jeito que está, esse orçamento não passa", completava o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

As maiores queixas são dos nordestinos que, se trabalharem unidos, podem fazer um estrago na proposta do governo e nos projetos de investimentos que o Executivo preservou. "Orçamento é um jogo de esconde-esconde. Há algum di-

nheiro escondido aí e nós vamos achar para apresentar as emendas", dizia o deputado Pedro Novais (PMDB-MA).

Paulo Paiva foi taxativo: "O Congresso tem liberdade para mudar. Não houve critérios políticos para os cortes. Nós cortamos investimentos, projetos que podem ser adiados. É melhor deixar a merenda escolar e cortar uma obra que pode ser feita depois", disse o ministro.

Paiva lembrou que todas as receitas do pacote fiscal, inclusive a nova alíquota da CPMF, já estão no Orçamento. Como esses recursos podem ser usados em emendas, a lembrança soou aos deputados como uma forma de diminuir a resistência dos políticos a aumentar alíquotas do imposto do cheque.

A enorme resistência dos parlamentares contra a manutenção da CPMF foi enfim contornada pelo governo. A reação do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi decisiva. Ele previu a rejeição da medida caso a equipe econômica insistisse em prorrogar a contribuição por cinco anos. Os líderes foram ao presidente Fernando Henrique Cardoso e o acordo foi acertado. O imposto do cheque será cobrado por mais três anos.

Se por um lado a redução do prazo foi boa, por outro o acerto do Congresso com o Planalto será ruim para o bolso dos brasileiros. O imposto vai praticamente dobrar no próximo ano. De 0,20% sobre cada saque na conta corrente para

0,38%. E nem assim o orçamento da Saúde será beneficiado. Só estão assegurados os mesmos R\$ 8 bilhões deste ano correspondentes a uma alíquota de 0,20% de CPMF. A sobra (0,18% dos 0,38%), estimada em R\$ 7 bilhões, será destinada à Previdência Social.

A CPMF de 0,38% só será cobrada durante o próximo ano. O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), provável relator da emenda, explicou que em 2000 e 2001 será cobrada a alíquota de 0,30%, como previa inicialmente o governo quando divulgou as medidas do ajuste fiscal. Também aí os recursos serão distribuídos à saúde (0,20%) e à Previdência (0,10%).

O senador lembrou que se a emenda não estiver aprovada na

Câmara e no Senado até o dia 22 de janeiro, o governo deverá recorrer a empréstimos ou à emissão de títulos federais para não deixar a máquina pública ser prejudicada. Isso porque a Constituição estabelece um prazo de três meses para começar a cobrar contribuições.

A emenda da CPMF será lida hoje de manhã em plenário. Em seguida será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A previsão dos parlamentares é de que o texto esteja aprovado dentro de um mês, mesmo tendo que enfrentar a obstrução, com a apresentação de emendas, não apenas da oposição, mas também de senadores governistas. Hoje também está prevista a votação das medidas provisórias da Previdência.

André Corrêa



Paiva (C), na Comissão do Orçamento, disse que não houve critérios políticos para os cortes e que a verba da CPMF está prevista na proposta do governo